

“A elite fazendeira atrasada associada a elite administrativa predadora contentaram-se socialmente em manter os privilégios assentados no poder da terra e poder de decisões.”

foi fundamental o apoio dos proprietários rurais na edificação e financiamento (muitas doações) de casas particulares e prédios públicos. É, sobretudo, nestes aglomerados, e por conta do dinheiro dos fazendeiros, que se esboça e se estrutura “a vocação” da economia piauiense: o comércio e os serviços. Portanto, a elite rural financiou diretamente a diversificação da economia.

Nas maiores vilas, a necessidade de comercialização de produtos primários evoluiu rapidamente para o de bens mais elaborados e caros. Produtos que por falta de produção interna passaram a ser adquiridos fora do Estado, muitos no exterior, fazendo fortalecer a categoria negociante e proliferar casas comerciais. Paralelo, cresceram o número de repartições públicas e o de trabalhadores disponibilizados para os serviços requeridos pelo status dos fazendeiros, comerciantes, administradores e funcionários públicos. Estrutura-se, portanto, um mercado de trabalho formado por trabalhadores dependentes, escravizados ou livres, para servir aos donos do dinheiro e aos donos do poder com a mesma subserviência e disciplina requeridas nas fazendas.

A elite fazendeira atrasada associada a elite administrativa predadora contentaram-se socialmente em manter os privilégios assentados no poder da terra e poder de decisões. Não investiram e boicotaram as iniciativas de investimento na produção de bens que necessariamente dependiam de esforços industriais. Estas elites optaram pelo tempo pré-capitalista para viver, e legaram o estilo de vida ao Estado.

Nos próximos números do Informe Econômico trato com mais vagar da história econômica piauiense, começando pelo processo produtivo da pecuária escravista ●

* Solimar Oliveira Lima é professor do Departamento de Economia/UFPI. Doutor em História pela PUCRS.

CELSO FURTADO E A ANÁLISE DA CONSTRUÇÃO INTERROMPIDA

Samuel Costa Filho*

A obra de Celso Furtado, assim como os trabalhos de Caio Prado Júnior e Florestan Fernandes, tem como objetivo realizar uma reflexão sobre a problemática do desenvolvimento capitalista brasileiro. Para esses autores, a preocupação com o desenvolvimento capitalista brasileiro diz respeito ao estudo do processo de constituição de uma economia nacional relativamente autônoma. Embora utilizando métodos de análise distintos e estudando períodos diferentes da nossa história, todos os três estudiosos irão chegar a constatação de que o Brasil enfrenta um momento decisivo na sua constituição como nação.

Celso Furtado pensa a problemática do desenvolvimento como decorrentes de mudanças qualitativas na divisão técnica do trabalho e de modificações qualitativas e quantitativas na riqueza social. Nessa ótica, Furtado vê o desenvolvimento como processos sociais em que a assimilação de novas técnicas e o conseqüente aumento de produtividade conduz à melhoria do bem-estar de uma população com crescente homogeneização social.

De acordo com Furtado, no processo de construção da nação brasileira se faz necessário superar nossa dependência cultural, econômica e tecnológica. Este fato se deve a inserção subordinada de nossa civilização no sistema capitalista mundial como produto da acumulação mercantil portuguesa. Desse modo, o desenvolvimento econômico brasileiro deve ser um processo no qual a sociedade subordine a economia aos seus objetivos, tendo o controle dos meios e fins a atingir.

Na obra Formação Econômica do Brasil, Furtado apresenta como se processou de milagre em milagre a formação desse país chamado Brasil. Demonstra também como a sociedade e a economia brasileira foi produto da empresa colonial integrada ao sistema econômico europeu objetivando viabilizar a acumulação primitiva do capital.

Em obras posteriores Celso Furtado procura explicar a existência de um processo de constituição e de formação econômica do Brasil até 1930, e como esse processo foi interrompido e/ou paralisado. Dito de outra maneira, Furtado procura explicar na formação econômica do Brasil, as circunstâncias externas e internas que levaram nosso país a crescer e se modernizar sem enfrentar dilemas históricos, sem resolver seus problemas, e como agora temos que enfrentar essas questões.

A construção de um sistema econômico nacional-Nação, se dá para Furtado por um processo adaptativo que:

1) realize a construção territorial e sociocultural da unidade nacional;

2) fortaleça os centros internos econômicos de decisão e o comando do excedente, e

3) construa uma base nacional, reciclando as formas de dependência. Todavia, o Brasil em virtude da sua heterogeneidade econômica, social e cultural apresenta limitações a esse processo, acarretando graves desequilíbrios sociais e regionais.

Segundo Furtado, o peso da herança colonial é fundamental para entendermos a nossa dimensão continental, o desenvolvimento da heterogeneidade social e cultural, como também o caráter atávico da economia nordestina. A gênese do nosso subdesenvolvimento está ligada a difusão desigual dos frutos do progresso técnico decorrente da revolução industrial concentrada em certas áreas, enquanto o Brasil, ao longo desse período, encontrava-se passando por um hiato produtivo entre o ciclo do ouro e o ciclo do café (1775-1850), ou seja, o Brasil ao longo deste período tem uma inserção irrelevante no sistema capitalista mundial no momento inicial de difusão do Fordismo. Outro ponto que deve ser enfatizado diz respeito ao caráter ultra-elitista e dependente da economia cafeeira prejudicando o aparecimento de uma burguesia nacional.

A revolução industrial concentrou em alguns países a especialização na produção de manufaturas, ficando os demais países produzindo produtos agrícolas e matérias-primas destinadas à exportação, formando o que Raul Prebisch classificou de sistema “centro-periferia”.

Nesse contexto, o subdesenvolvimento brasileiro decorre do processo de modernização, que aliou a difusão de valores e a conseqüente adoção de padrões de consumo imitativo de sociedades com nível de riqueza muito elevados, a existência de um sistema produtivo que apresenta segmentos operando com níveis tecnológicos distintos, isto é, um setor moderno ligado à exportação e setor atrasado produzindo para o mercado interno.

Como se nota, para Celso Furtado o desenvolvimento e o subdesenvolvimento fazem parte de um mesmo processo histórico, em que a idéia de dependência é parte integrante dessa lógica. Para Furtado o subdesenvolvimento, por conseqüente, é uma conformação estrutural produzida pela forma como se propagou o progresso tecnológico no plano internacional.

No Brasil, a produção de produtos agrícolas de exportação nesse período

No Brasil, a produção de produtos agrícolas de exportação nesse período estava centrada no café. Foi essa economia cafeeira que criou condições e os requisitos técnicos, substrato social (base empresarial) e a infra-estrutura econômica que deram a base para o nosso processo de industrialização.

A transformação de uma economia primário-exportadora em economia industrial ocorreu em sua primeira fase entre 1929-1945, quando a crise da divisão internacional do trabalho abre um campo de oportunidade para industrialização das economias periféricas. Esse processo chamado de substituição de importações se iniciou pelas indústrias mais simples e com pouca exigência de tecnologia e capital.

A segunda fase desse processo compreendeu o período de 1945 a 1973. A reorganização da divisão internacional do trabalho sob a hegemonia dos EUA provocou a internacionalização dos mercados. O Brasil durante o Governo JK implementou o Plano de Metas e estimulou a entrada do capital internacional e das empresas multinacionais, subordinadas ao interesse do nosso desenvolvimento. Diretriz que logo será pouco a pouco abandonada.

A terceira fase que se iniciou em 1973 representou a crise do modelo brasileiro de substituição de importações. A implantação do II PND "Plano Nacional de Desenvolvimento" significou o último suspiro da industrialização brasileira.

O processo de industrialização que contribuiu de forma decisiva para a formação do nosso país como nação, articulando em um sistema, econômicas regiões que antes se vinculavam predominantemente com o exterior, sofreu uma paralisia dos centros internos de decisão e do Estado nacional com a crise da dívida externa.

Segundo Furtado, durante grande parte do processo de industrialização e até por volta de 1983, o Brasil conseguiu avançar no processo de consolidação da formação nacional. As taxas de crescimento, a nossa constituição espacial, a nossa cultura e outros fatores possibilitaram ao nosso país progredir e vencer vários desafios e dificuldades e ao mesmo tempo ir acumulando graves problemas sociais, regionais, etc. Dessa maneira, o modelo que começou a apresentar dificuldades a partir de 1973 sofre sua paralisia e interrupção por volta de 1983 na crise da dívida externa, quando o contexto internacional vem fechar o campo de ação para a nossa constituição como nação.

Diversos condicionantes externos e internos contribuíram para tal desenlace. No contexto externo, Furtado aponta o processo de transnacionalização e/ou internacionalização do capital, a crise do modelo criado em Breton Woods e a tentativa de constituição de uma nova ordem econômica internacional, além do esgotamento do paradigma tecnológico advindo da segunda revolução industrial e a conseqüente emergência

de um novo paradigma.

No que diz respeito aos condicionantes internos que contribuíram para a interrupção do processo de construção do Brasil como nação, Furtado indica que a crise da dívida externa brasileira fazendo com que a política econômica nacional ficasse subordinada aos interesses do capital internacional, para o pagamento dos serviços dessa dívida e a aceitação por parte de nossas autoridades das imposições impostas pelo Sistema Financeiro Internacional. Esses fatos fizeram com que nosso país se posicionasse novamente de forma subordinada na Divisão Internacional do Trabalho.

Esses acontecimentos determinaram a quebra da espinha dorsal do regime central de acumulação então vigente e o debilitamento dos centros internos de decisão, principalmente do Estado nacional. Ocorreu uma elevação de poder do Capital frente ao Estado, e ainda, se elevou o poder desse mesmo Capital frente ao trabalho e dos países desenvolvidos frente aos países subdesenvolvidos.

No Brasil presenciamos durante esta fase uma deterioração da nossa moeda e da base fiscal de sustentação do Estado, além de uma tendência:

- 1) ao recrudescimento da nossa heterogeneidade social e regional;
- 2) ao aumento da dependência financeira nacional;
- 3) ao agravamento a dependência tecnológica e cultural;
- 4) ao ressurgimento do neoliberalismo e a santificação do mercado, e
- 5) negação da vontade política da nação.

Dessa forma, os elementos externos e internos levaram a essa negação da vontade política nacional, com a deterioração dos centros internos econômicos de decisão e a redução no comando de excedente, que ficaram a mercê do contexto, dos organismos e empresas internacionais. Diante do processo de globalização debilitamos ainda mais autonomia nacional.

Finalizando, apresentamos o que Celso Furtado pensa a respeito do nosso modelo:

"A característica mais significativa do modelo brasileiro é sua tendência estrutural para excluir a massa da população dos benefícios da acumulação e do progresso técnico. Assim, a durabilidade do sistema baseia-se grandemente na capacidade dos grupos dirigentes em suprimir todas as formas de oposição que seu caráter anti-social tende a estimular" ●

Luiz Carlos Rodrigues Cruz "Puscas" **

*"Pois a terra com certeza é obra da natureza,
Que pertence a cada um.
Se a terra foi Deus quem fez, se é obra da criação,
Devia cada freguês ter seu pedaço de chão.
Muita gente não combina esta verdade divina,
Mas um julgamento eu faço e vejo que julgo bem,
Se eu sou da terra também, onde é que tá meu pedaço?
Esta terra é desmedida e devia ser comum,
Devia ser repartida um taco prá cada um,
Moede morar sossegado.
Eu já tenho imaginado que abaixo o sertão e a terra
Devia ser coisa nossa.
Quem não trabalha na roça, que diabo é que quer com terra?"*

(Trecho de "A Terra é Naturá", de Patativa do Assaré, poeta popular nordestino)

O debate em torno da questão agrária no Brasil, vem sendo retomado com maior intensidade e despertando interesse entre os diversos segmentos da sociedade brasileira. Isto se deve, principalmente, ao agravamento da crise pela qual passa o País, em decorrência do modelo de desenvolvimento econômico exportador-concentrador, aqui posto em prática pelos governos pós-1964. Este modelo desenvolvimento vem desencadeando na zona rural brasileira uma evolução da concentração da posse e da propriedade da terra, ou para fins especulativos, ou para o cultivo em grandes plantações altamente modernizadas, de culturas de exportação, ou ainda, para implantação de projetos de plantio de cana que objetivem a produção de álcool, ou projetos de plantio de pastagens para criação de gado.

A política agrária implantada por esses governos vem provocando um processo de expulsão em massa dos trabalhadores rurais; aumentando, consideravelmente, as tensões sociais e os conflitos no meio rural, em torno da posse e da propriedade da terra. Por outro lado, nos centros urbanos aumenta o número de favelados; multiplica-se o desemprego e o sub-emprego e a violência urbana alcança níveis bem elevados.

Inúmeras são as correntes ideológicas que procuram interpretar a Questão Agrária no Brasil, e nesta questão mais ampla um aspecto se apresenta como dos mais polêmicos, o da **pequena exploração camponesa** ¹, principalmente, de qual seria a correlação existente entre esta e a exploração capitalista dominante. Entretanto, essas correntes, basicamente, se alicerçam teoricamente em duas teses clássicas. A primeira, é a

* Samuel Costa Filho é professor do Departamento de Economia/UFPI. Doutorando do Instituto de Economia/UNICAMP.